

Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0
Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)OLÍVIA CRISTINA PEREZ¹LILA CRISTINA XAVIER LUZ²DOI: <http://dx.doi.org/10.20983/reij.2022.2.6>

FECHA DE RECEPCIÓN: 20 de julio de 2021

FECHA DE ACEPTACIÓN: 23 de agosto de 2021

PERCEPÇÕES DE JOVENS BRASILEIROS ACERCA DAS VIOLÊNCIAS

Percepciones de jóvenes brasileños sobre la violencia

Perceptions of young Brazilians about violence

Resumo

As reflexões aqui desenvolvidas têm como referências pesquisas que tratam de percepções de jovens brasileiros acerca das violências. A referida pesquisa foi desenvolvida por meios de técnicas quantitativas e qualitativas. Primeiro foram aplicados 235 questionários para jovens que cursavam o ensino médio em duas cidades brasileiras: Teresina e São Paulo. Para aprofundar as informações, foi realizado em 2019 um grupo focal com doze jovens, também estudantes da cidade de Teresina. As informações evidenciam uma visão apurada das juventudes acerca das violências cotidianas. Eles associam a violência com guerras e/ou conflitos armados e com desigualdades sociais. A violência estaria presente em diversos espaços como os bairros em que residem, suas casas, escolas e redes sociais. A pesquisa evidenciou então que os jovens têm uma percepção refinada das violências e conseguem entendê-la como estrutural e relacionada às desigualdades sociais. E dentre as desigualdades sociais, os preconceitos relacionados ao gênero e à raça têm ganhado destaque nas discussões e mobilizações políticas das juventudes.

Palavras-chaves: Brasil; desigualdades sociais; juventudes; violência.

Resumen

El objetivo de la presente investigación es presentar las percepciones de jóvenes brasileños sobre la violencia. Como metodología se adoptaron técnicas cuantitativas y cualitativas. Primero, se aplicaron 235 cuestionarios a jóvenes que asisten a la escuela secundaria en dos ciudades brasileñas: Teresina y São Paulo.

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI); oliviaperez@ufpi.edu.br. ORCID: 0000-0001-9441-7517.

2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI); lilaxavier@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-7301-0187.

Para profundizar los datos, en 2019 se realizó un grupo focal con doce jóvenes, también estudiantes de la ciudad de Teresina. Los datos muestran una visión certera de los jóvenes sobre la violencia, quienes la asocian con guerras o conflictos armados y con desigualdades sociales. La violencia estaría presente en varios espacios, como los barrios en los que viven, sus hogares, escuela y las redes sociales. La investigación muestra, entonces, que los jóvenes tienen una percepción refinada de la violencia y son capaces de entenderla como estructural y relacionada con las desigualdades sociales. Y entre estas desigualdades sociales, los preconceptos relacionados con el género y la raza han ganado protagonismo en las discusiones y movilizaciones políticas de la juventud.

Palabras clave: Brasil; desigualdades sociales; juventud; violencia.

Abstract

The objective of the present research is to present perceptions of young Brazilians about violence. As a methodology, quantitative and qualitative techniques were adopted. First, 235 questionnaires were applied to young people attending high school in two Brazilian cities: Teresina and São Paulo. To deepen the data, a focus group was held in 2019 with twelve young people, also students from the city of Teresina. The data show an accurate view of the youths about violence that is associated with wars or armed conflicts and with social inequalities. Violence would be present in various spaces such as the neighborhoods in which they live, their homes, schools, and social networks. The research then shows that young people have a refined perception of violence and are able to understand it as structural and related to social inequalities. And among social inequalities, preconceptions related to gender and race have gained prominence in the discussions and political mobilizations of youth.

Keywords: Brazil; social inequalities; violence; youth.

Introdução

A violência é um dos problemas sociais que desperta mais preocupação para os cidadãos. Embora ela seja praticada por diversos segmentos da população, por vezes ela é associada à juventude. E embora ela seja

múltipla e complexa, costuma ser associada à violência física. Mas essas são visões restritas das juventudes que o presente artigo contesta por meio da investigação sobre as percepções dos jovens sobre as violências.

O foco deste texto é justamente dissertar sobre as percepções que os jovens têm da violência. Para tanto foram utilizados informações produzidas na investigação “Juventudes e Infâncias: Práticas Políticas, Culturais, Memórias e Desigualdades no Cenário Contemporâneo” (Luz, Perez e Feffermann, 2019), que teve como objetivo identificar os processos de socialização de meninos, meninas e jovens em contextos de violência e conflito, a partir do reconhecimento da importância dos processos relacionais na construção de suas subjetividades ou trajetórias de vida, identificando o potencial transformador das relações e da participação de meninos, meninas e jovens como agentes sociais ativos na construção do país. A investigação foi coordenada por um conjunto de pesquisadores da Colômbia, além de pesquisadores da Argentina, Equador e Brasil, todos vinculados ao Grupo de Trabalho “Infancias y Juventud” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

No Brasil a pesquisa foi realizada em duas cidades, localizadas em regiões diferentes: Teresina, capital do Piauí, localizada no nordeste brasileiro e São Paulo, capital do estado de São Paulo, localizada

no sudeste do Brasil. A investigação envolveu pesquisadoras do Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde de São Paulo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí.

Nessas duas cidades são comuns as profundas desigualdades, demarcadas por muros visíveis e invisíveis que produzem segregação social, marginalização e violência. Nelas a disseminação do medo e da insegurança no espaço público e o consequente enfraquecimento de vínculos sociais, servem ao novo mercado do controle social e da segurança privada (Sozzo, 2012). Desta forma, os espaços públicos também passam a ser abandonados, favorecendo o sentimento de insegurança e a diminuição ou ausência de confiabilidade nas instituições do Estado. Também é comum nessas cidades ações políticas de recrudescimento penal, acompanhadas do aumento da sensação de insegurança e do apelo à estratégias de prevenção situacional ambiental que produzem divisão do espaço urbano e o lucro a partir da insegurança da população (Sozzo, 2012). Não obstante, a violência também é construída e alimenta por falsas recordações sobre acontecimentos não vividos, mas narrados com riqueza de detalhes. Essas narrativas materializam-se em espaços das cidades, tornando-se conhecidos pela crueldade de seus moradores; pelos instrumentos utilizados e pela região “escolhida” para ser segregada. Uma espécie

de persistente falsa recordação que, como afirma Portelli (2017):

confluem muitos elementos: as distorções e as manipulações propagadas [...]; o prejuízo ideológico que encontra mais satisfação em atribuir a culpa [ao violentado e não ao violentador]; e, mais profundamente, a dificuldade para o imaginário comum reconhecer a lógica que conduziu [os violentadores a exercer a violência] [...] (p. 190)

O medo da violência e da criminalidade, especialmente quando assumem características coletivas, é regulado por uma racionalidade racial, de classe e de gênero. Essa realidade perpassa o cotidiano de grande parcela também das populações residentes em São Paulo e Teresina, e implica em uma precarização da qualidade de vida e das relações interpessoais.

Na pesquisa empírica utilizou-se metodologia quantitativa e qualitativa, por meio de diversas técnicas: aplicação de questionários em escolas de Teresina, em que responderam jovens com idade entre 15 a 17 anos, que cursavam o ensino médio em escolas públicas e privadas. Dos questionários aplicados no Piauí, 135 foram validados pela pesquisa. Em São Paulo foram aplicados 150 questionários. Somados, a pesquisa no Brasil contou com 285 questionários válidos.

Desse universo, 119 jovens se identificaram com o gênero masculino, 162 com o feminino, enquanto 4 não responderam a essa indagação. A maior parte deles (231) estudavam em escola pública. Os estudantes tinham idade média de 16 anos e cursavam as seguintes séries escolares: (18%) estavam no primeiro ano do ensino médio, enquanto (52%) cursavam o segundo ano do ensino médio (a série esperada para um jovem de 16 anos) e (29%) estavam no terceiro do ensino médio, o que indica um pequeno déficit em relação à série esperada.

Além da identificação pessoal, a pesquisa indagou sobre o conhecimento de direitos, deveres e responsabilidades; conteúdos trabalhados na escola, relacionados sobretudo a temas diversos como por exemplo, desigualdade e pobreza; gênero, saúde sexual e reprodutiva e outros; relações de jovens (meninos e meninas) com outros adultos; violência e intimidação/ameaça.

Para este texto trabalhamos com informações atinentes à percepção das juventudes sobre a violência, buscando compreender se a mesma está relacionada com guerra e/ou conflito armado; repressão de protestos; desigualdade e pobreza; intimidação/ameaça; danos ao meio ambiente; discriminação em razão de raça ou gênero; castigo físico, dentre outros. Também buscou apreender em que espaço a violência era percebida: no bairro; nas redes sociais; na escola; no colégio; na família ou no lugar onde vive.

Cientes dos limites circunscritos ao uso de apenas técnicas quantitativas, a pesquisa contou também com uma etapa qualitativa. Para essa etapa foram elaboradas questões que captassem críticas e propostas dos jovens em relação aos seus direitos e violência. Escolheu-se como técnica de investigação o grupo focal, realizado no mês de junho de 2019. O grupo foi formado por doze jovens de Teresina que se disponibilizaram a debater sobre limites e propostas em relação aos temas abordados.

Por meio dessas técnicas foi possível captar como jovens escolarizados percebem a violência: como a definem, em que espaço a violência acontece e a compreensão de como ela deve ser combatida.

Algumas considerações sobre juventudes e violências

Este estudo trabalha com a compreensão de juventudes, posto que essa engloba a diversidade e complexidade que permeia a vida dos jovens. Adotamos a definição de Boghossian e Minayo (2009), segundo a qual a juventude pode ser compreendida simultaneamente como um momento do ciclo de vida e como um conjunto de condições sociais dos sujeitos. Nesse sentido, referimo-nos às juventudes, conscientes de que a definição do que é ser jovem varia entre os países e dentro da mesma sociedade.

Segundo Dayrell (2003) essa diversidade se concretiza, dentre outros aspectos, com base nas condições sociais (classes

sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e, também, das regiões geográficas. Nesse sentido, não concebemos as juventudes como um bloco homogêneo, mas entendemos que esse segmento é composto por grupos sociais com diferenças significativas no que tange às condições sociais políticas e culturais em que vivem e, portanto, nas percepções sobre as mesmas.

Atentar para essa diversidade é crucial para entender que a condição juvenil é configurada por diferentes juventudes que aparecem de forma visível na cena pública, como um novo tipo de sujeito social na última metade do século XX e ocupam diferentes lugares na sociedade, com diferentes formas de ser, entender o mundo, com características variadas e semelhantes formas de identificação com os iguais e diferenciação especialmente com os adultos (Reguillo, 2007).

Sem que sejam desconsideradas as diversidades, há traços comuns no ser jovem como inconsistência, experimentação, aventuras, excitações (Dayrell, 2003). Suas disponibilidades para ousar, socializar-se de forma intensa fazem parte da condição juvenil. Nesse sentido, as juventudes não podem ser definidas conforme a faixa etária, mas sim a partir de uma construção social que atribui determinadas características às juventudes. As juventudes também podem ser concebidas como uma categoria política que vem sendo construída na estei-

ra de formulação de políticas públicas para determinados segmentos da população.

Quanto às violências, a pesquisa trabalha com uma compreensão de que elas são produzidas e expressas de diversas formas, incluindo a violência simbólica, embora sejam comumente associadas à física. As violências geram medo no cotidiano, pelo desencadeamento de temor generalizado de assaltos, sequestros e assassinatos (Minayo e Souza, 1993). A violência, acrescentam as autoras, tem como característica essencial o fato de ser fenômeno social, travado a nível das relações sociais. Ainda que sejam simbólicas ou físicas, as violências geram sentimentos de medo e insegurança.

Os sentimentos de medo e insegurança não estão necessariamente associados à presença da violência, mas também com a percepção que se têm delas. Os sentimentos também são construções sociais. Isso significa que contextos mais violentos podem gerar menos sentimentos de medo do que aqueles mais violentos. A percepção que se tem das violências varia socialmente e é justamente essa percepção que a pesquisa capta entre as juventudes.

No Brasil, as constantes referências a acontecimentos violentos são narradas como ocorrendo em todas as dimensões e espaços sociais dos jovens: o bairro; as redes sociais; a escola; família e no lugar em que vivem. Além disso, muitas vezes, esses acontecimentos violentos são narrados estabelecendo uma relação intrínse-

ca e imediata com os jovens, atribuindo, principalmente a eles, a responsabilidade pelo ato de violência. Portelli (2017), citando a Halbwachs (1968), afirma que “[...] lembrar e narrar são inteiramente influenciados pelo contexto histórico dos quadros sociais da memória [...]” (p. 191). A primeira década dos anos 2000, no Brasil, foi marcado por programações midiáticas que constantemente associavam jovens a violência. Luz (2014) ao citar uma dessas referências, destaca ser recorrente o uso da linguagem próxima ao modo de falar popular para reforçar a relação violência na cidade, como sendo responsabilidade de jovens. Nessas narrativas a violência é sacramentada com a frase “*Bandido bom é bandido morto*”, uma alusão ao modo como muitas vezes as mortes de jovens são noticiadas por um dos apresentadores. Ademais, foi nesse tempo histórico que ocorreram manifestações públicas em favor da redução da maioria penal, em que esses apresentadores são interlocutores privilegiados.

Venturi e Bokany (2004) ao tratar sobre o modo como a mídia observa a juventude afirmam que as interpretações parciais acerca desse segmento podem favorecer conclusões equivocadas. Nesse caso, podem gerar imagens que não correspondem à realidade. No caso dos jovens, por muito tempo, uma visão de que eles eram problemas sociais definiu o modo de responder suas demandas e, muitas vezes, essas inter-

venções desconsideravam a existência dos mesmos (Luz, 2014). Porém, nesse debate, o mote central era a redução da maioria penal como forma de resolver o problema da violência. Portanto, as violências não estão circunscritas ao universo das juventudes, atinge todos os segmentos da população. Longe de os serem os responsáveis por elas, são vítimas das violências.

Detalhando melhor, embora disseminada, a violência acomete as juventudes de forma mais preponderante. Conforme dados do Atlas da Violência (IPEA, 2020) em 2018 foram mortos ao todo no Brasil 30.873 jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, o que equivale a 53,3% dos registros. No intervalo de 2008 a 2018, houve um aumento de 13,3% na taxa de jovens mortos. Os homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, representando 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; 52,3% entre o grupo com faixa etária de 20 a 24 anos; e 43,7% daqueles com idade entre 25 e 29 anos.

No contexto neoliberal, na preparação para o trabalho, os jovens estão no centro do debate em vários sentidos. As políticas de formação ganham contornos para os incluir no mercado de emprego. Porém, a regulação da classe operária, simbolizada pelos sistemas públicos de educação, saúde, seguridade e habitação, são substituídas por sistemas de regulação como a polícia, as cortes e o sistema prisional. Por outro lado, a violência, particularmente

a urbana e seus determinantes sociais, é disseminada na ideia de uma cultura do medo e da figura estigmatizada da juventude pobre urbana como aquela responsável pelas altas taxas de violência urbana, como aponta Oliveira *et al.* (2006) *apud* Takeiti (2020).

Conforme ressaltamos neste artigo, as violências também atingem as juventudes e interessa compreender como isso acontece. Sabemos que a violência aniquila a dignidade juvenil de diferentes formas, desde a repressão ao conteúdo e modo de falar dos jovens, passando pela condenação de suas vestimentas e suas formas de socialização. São formas de violências que interferem na construção de suas subjetividades e, no caso de jovens pobres e residentes de zonas periféricas das cidades, impossibilita suas participações na sociedade. As violências dirigidas aos jovens não os atingem da mesma forma, prejudicando principalmente as juventudes em contextos de vulnerabilidade social, resultantes de carências socioeconômicas e sem suporte de rede de proteção social públicas.

Resultados da pesquisa

Conforme os resultados obtidos por meio da aplicação de 285 questionários, para 23% dos jovens a violência está relacionada a “guerra e/ou conflito armado”; enquanto para 22% deles com “discriminação de raça ou gênero”; para 13% com

“desigualdade e pobreza”; para 10% a violência tem relação com a “repressão de protestos”; enquanto para 9% com “intimidação/ameaça”; e por fim para 8% com “danos ao meio ambiente”.

Esses dados levam a diversas compreensões sobre como os jovens percebem as violências. Em primeiro lugar é importante ressaltar que para os jovens a violência não está circunscrita à violência física. Pelo contrário, abrange diferentes dimensões que sinalizam aspectos relacionados à violência psicológica, violência racial e até mesmo violência de Estado.

Ainda cabe compreender cada alternativa que os jovens associam à violência. A alternativa que eles mais identificaram como casos de violência são guerras e os conflitos armados (23%). Esses resultados surpreendem quando pensamos que o Brasil não é um país que passa por guerras e conflitos armados declarados. No entanto, há guerras e conflitos escamoteados pelo Estado, mas que são percebidos pelas juventudes. Os jovens entrevistados vivem em bairros diversos dentre os quais localidades em que há conflitos envolvendo gangues urbanas, tráfico de drogas, roubos, assaltos e assassinatos envolvendo artilharia pesada. Mesmo nos bairros mais ricos essas situações estão presentes. Esses conflitos são descritos pelos seus moradores como verdadeiras guerras e é assim que eles se sentem. Nesse sentido, a percepção de que o lugar onde vivemos

está envolvido em conflitos e guerras não acontece somente quando elas são declaradas. Esse sentimento também ocorre em países pacíficos, mas que abrigam conflitos nocivos, como é o caso do Brasil. Esse resultado então pode ser visto como uma denúncia sobre uma realidade pouco conhecida no Brasil, mas percebida pelos jovens: o fato de que estamos no meio não de uma, mas de várias guerras.

A segunda realidade associada à violência pelas juventudes entrevistadas (22% deles) é a discriminação de raça ou gênero. Esse dado revela uma percepção muito apurada das juventudes acerca das violências. Enquanto a violência no senso comum é associada aos atos físicos, os jovens nos ensinam que discriminações raciais e de gênero também são violências. Ser discriminado pela sua raça ou gênero é uma forma de violência assim como viver numa guerra armada para as juventudes entrevistadas. Mas a violência racista tem relação com a violência física. Os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) no Brasil aumentaram 11,5% em uma década (IPEA, 2020). Conforme a mesma publicação, ao mesmo tempo, entre 2008 e 2018 a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) fez o caminho inverso, apresentando queda de 12,9%. Esses dados são reveladores considerando que no Brasil ainda sobrevive o mito da democracia racial que nega o racismo e imputa uma convivência harmoniosa entre as

raças. Essa mesma visão nega os diversos tipos de preconceitos, incluídos aqueles relacionados ao gênero.

Ao mesmo tempo em que sobrevive o discurso da democracia racial, tem crescido no Brasil os debates sobre a interseccionalidade das desigualdades sociais. Esses debates tem como referência a jurista e ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw. Conforme Crenshaw (2002):

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (p. 177)

Ou seja, conforme essa interpretação, as desigualdades sociais não se resumem àquelas relacionadas à classe social: outros aspectos como raça e gênero também devem ser considerados. Por exemplo, uma mulher preta e pobre que mora na periferia tem mais dificuldade de acesso a direitos e está mais sujeita a opressões sociais, quando comparada com uma mulher branca de classe média.

Na esteira desse debate e como parte de uma sinergia de esforços feitos na acade-

mia, na esfera governamental, pelos movimentos sociais e mídia, a preocupação com as desigualdades relacionadas ao gênero e a raça tem crescido no Brasil nos últimos anos. Ou seja, diversos segmentos têm destacado a importância do combate às várias discriminações, fomentando movimentos feministas e antirracistas, muitos dos quais capitaneados pelas juventudes. Por meio desse movimento as juventudes têm colaborado com a construção de novas percepções das desigualdades sociais. Se antes as desigualdades eram atribuídas principalmente às classes sociais, os jovens têm agregado outros elementos que interseccionados com as classes contribuem para a percepção de que as desigualdades sociais têm relação também com raça e gênero. Um exemplo disso é a proliferação de organizações políticas formadas por jovens chamadas de coletivos que se declaram como feministas e antirracistas. Conforme pesquisa de Rios, Perez e Ricoldi (2018) essas organizações políticas das juventudes apontam:

para a emergência de uma nova geração de ativismo brasileiro portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo na esfera pública com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social [...] (p. 49)

Essas juventudes estão construindo novas percepções de desigualdades sociais fomentando assim um debate sobre o quanto as opressões relacionadas ao gênero e a raça impactam na dificuldade de acesso a direitos.

E como saída elas têm exigido que as mulheres os negros e também os jovens sejam incluídos em todas as decisões públicas, daí a defesa de relações políticas mais horizontais na forma de organizações políticas chamadas de coletivos (Perez e Souza, 2020). Os coletivos seriam uma forma de organização considerada pelos seus membros mais genuína - já que permitiria incluir aqueles tradicionalmente excluídos nas decisões (Perez e Souza, 2020, p. 7). Logo, os jovens estão criando formas de engajamento político que tentam transformar as relações sociais incluindo nas suas decisões grupos mais sujeitos a opressões sociais - como negros e mulheres - combatendo assim uma das violências percebidas por eles, que é a discriminação.

Ainda de forma bastante refinada parte dos jovens entrevistados (13%) considera que a violência está relacionada à desigualdade social. Vale destacar que essa relação foi apontada por Minayo e Souza (1993), ao apresentarem uma tipologia na qual “a violência estrutural, configurada nas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida [...]”. Ainda conforme as autoras

Estes três fatores se inter-relacionam sinergeticamente com a violência estrutural das extremas desigualdades e com as mudanças de valores e visão das novas gerações em relação às elites, à pobreza, à riqueza, aos bens de consumo e à própria felicidade. (Minayo e Souza, 1993, p. 76)

Os jovens percebem então que o fato de que segmentos da população têm mais acesso à renda e direitos, enquanto outros vivem em situações de vulnerabilidade social, é uma forma de violência. Essa violência seria estrutural e ratificada pelo Estado na forma como conduz ou deixa de conduzir o acesso à renda e à garantia de direitos.

Os jovens percebem que as violências não estão relacionadas somente aos atos físicos, mas também à estrutura social desigual. Relacionando essa resposta com a anterior, percebemos então uma compreensão mais ampla das desigualdades sociais por parte dos jovens, já que a discriminação de gênero e raça também foi pontuada como uma forma de violência.

Mas a violência física também está presente na percepção dos jovens acerca da violência. Para 10% deles a violência tem relação com a “repressão de protestos”; enquanto para 9% com “intimidação/ameaça”. A menção aos protestos tem relação com ciclo vivenciado nos Brasil nos últimos 10 anos, cujo marco foram as jornadas de junho de 2013 em que milhares

de brasileiros foram às ruas clamando por direitos e criticando o sistema político (Tagiba e Galvão, 2019; Perez, 2021).

O ciclo de 2013 foi responsável por socializar jovens politicamente em organizações como os coletivos, considerados mais horizontais e inclusivos (Perez, 2019). Os jovens continuam a sair às ruas mesmo em um contexto de pandemia mostrando que o ciclo de protestos no Brasil ainda não acabou. Mas esses protestos não acontecem sem repressão e a contenção das manifestações políticas das juventudes é considerada por eles como uma forma de violência. De forma semelhante a intimidação, especialmente por parte da polícia - que seriam os agentes responsáveis pela proteção - é considerado uma forma de violência pelos jovens.

A partir do grupo focal, aprofundou-se a relação entre violência e desigualdade social, a qual os jovens afirmam ser essa desigualdade gerada na forma como os problemas do país são administrados, pois o Brasil é: “[...] um país territorialmente extenso, tem muitas riquezas naturais e etc. [...]”, mas “alguma coisa sempre vai impedir, sempre vai ter problemas na administração, coisas que envolvem a política, sempre há algum problema, um roubo, nunca é algo sólido e correto, sempre há alguém encoberto” (Jovem do sexo masculino, Teresina, junho de 2018). Esse jovem considera a forma de administrar as ri-

quezas do país como expressão de violência, pois

[...] é tanto dinheiro perdido por aí que dar até desanimo. Eu já não gosto da política em si, mas quando fala que a gente tá saindo perdendo com o tanto de impostos altos se destrói todo o resto. No Brasil se tem os impostos mais altos mundialmente, deveriam nos agradecer melhor nesse termo público,

destaca outro jovem. Portanto, a concentração e a distribuição da riqueza são assumidas pelos jovens como formas de violência direta, perpetrada pelos administradores do Estado. Nessa perspectiva, a violência estrutural é gestada na desigualdade social.

Inclusive a política é percebida como uma esfera violenta segundo jovens que participaram do grupo focal. Desde a eleição de 2014 a polarização política no Brasil se intensificou e tem gerado violências, especialmente nas redes sociais. Para ele seria complicado falar sobre política abertamente em determinados espaços. Conforme uma jovem participante do grupo focal:

Eu gosto de falar de política, mas é uma coisa bem pessoal também, quando se fala de política as pessoas discutem muito se alguém votou em tal pessoa, mas essa tal pessoa não presta, e começa uma briga toda, se contesta a escolha do outro.

Aqui percebe-se como a política também é considerada um espaço de violência. Mas não toda política e sim especialmente aquela que envolve partidos políticos e a discussão sobre o voto no Brasil.

A descrença na política parlamentar em especial nos partidos políticos é ressaltada em outras pesquisas que têm como foco a participação política das juventudes (Perez, 2019; Perez e Souza, 2020). É importante ressaltar que os jovens desconfiam das instituições políticas tradicionais como os partidos, mas isso não significa imobilismo, daí a criação de organizações políticas como os coletivos que defendem causas tal como feminismo e o combate ao racismo.

Conforme essas pesquisas os jovens rechaçam principalmente os partidos políticos por serem considerados hierárquicos, rígidos e pouco inclusivos. Como resultado, os grupos que já têm pouco espaço na política tradicional - como jovens, mulheres e negros – estariam excluídos das principais decisões dessas organizações. Como saída os jovens estão formando os coletivos considerados mais horizontais e, por isso, mais aptos a proporcionarem a participação política em todas as decisões de grupos com menos acesso aos direitos. Os jovens se identificariam com os coletivos por serem diferentes das formas de organização política que repudiam: partidárias, centralizadas, hierárquicas e burocráticas (Gohn, 2017) e pouco inclusivas.

Em suma, contrariando uma certa percepção que associa violência apenas à violência física, os jovens mostram que as violências também estão relacionadas às múltiplas desigualdades sociais e a dificuldade para que eles debatam ideias, por exemplo, a respeito da política. Cabe então compreender como essas violências afetam a vida desses jovens. Para tanto reproduzimos uma fala de uma jovem que participou do grupo focal, conforme ela:

Eu acho assim, quando uma pessoa presencia um ato violento, ela sempre, por mais que ela não seja afetada diretamente, algo sempre vai remeter a ela sobre aquilo. Se tiver uma coisa no passado, sempre vai demonstrar um medo que ocorra novamente. Então, seria importante que nesses casos a escola, um professor, um coordenador percebesse esses atos, passasse para alguém para trabalhar com essa pessoa específica para que ela não possa se transformar naquilo que ela tanto teme no futuro. (Jovem, sexo masculino, Teresina, junho de 2018)

Na concepção desse jovem, acontecimentos violentos geram medos, mesmo que a violência seja apenas presenciada. Essa jovem evidencia uma preocupação com a saúde mental de quem vivencia atos violentos, na medida que o mesmo destaca a necessidade de ações voltadas para a prevenção de danos relacionados ao impacto

do ato violento na vida da pessoa, destacando a responsabilidade de a escola implementar ações que possam atendê-la, no sentido de contribuir para aliviar a tensão circunscrita ao medo que esse fato possa gerar. Um trecho impactante dessa fala é o fato de a jovem perceber que as violências sofridas pelos jovens podem contribuir para que eles se tornem no futuro o veículo de violência que temem. Ou seja, caso não sejam trabalhadas as guerras, represões e discriminações, esses jovens podem ser reprodutores dessas mesmas formas de violência na medida em que elas não foram compreendidas e mitigadas por meio de um serviço especializado.

Uma compreensão acerca desse medo que os jovens da pesquisa se referem, ficou explícita quando os mesmos são indagados sobre os espaços em que percebem a violência. De maneira recorrente, o sentimento de insegurança é percebido em todos os espaços da vida dos jovens entrevistados, sejam esses espaços físicos como o bairro onde moram, conforme referido por 32% dos entrevistados. A referência ao bairro pode estar relacionada a acontecimentos envolvendo situações de violência, com peso para vitimização de jovens por homicídios ou mesmo situações de assalto ou roubo. Mas a violência também é referida como acontecendo em espaços virtuais como redes sociais, como apontado por 30% dos entrevistados.

O espaço doméstico e da escola, considerados de segurança por muitos, foi citado por 13% dos entrevistados como espaços em que eles vivem violência. É verdade que muitas vezes a violência familiar fica no silêncio das famílias. São violências relacionadas a abusos psicológicos, a violência física e até sexual. Nesse contexto, a referência dos jovens foi ao pai, mãe, irmãos/irmãs, avós/avôs e tias/tios.

No Brasil, a referência a violência sexual doméstica faz parte de estatísticas oficiais e seus efeitos na vida de jovens têm sido estudados. Nesses estudos, são comuns as referências a impactos emocionais e físicos, como falta de interação; perda de confiança em si e nos outros, baixa autoestima e até mesmo dificuldade de envolvimento emocional, quando a violência estar relacionada vida a abuso sexual.

A escola também foi citada como um espaço violento. Nesse espaço, a violência é cometida, segundo os próprios entrevistados, pelos amigos (28%) e pelos próprios professores/professoras para 2% dos entrevistados. No grupo focal um jovem assim fez referência à violência ocorrida nesses espaços: “Não, se for pensar mais amplo, não só que acontece aqui [na escola], mas em modo geral, muitos adolescentes sofrem violência não só aqui, mas também em casa. Tem agressão doméstica, tem muitas coisas que envolve isso” (Jovem, sexo masculino, Teresina, junho de 2018). E outro jovem acrescenta: “A violên-

cia vem de casa né! A pessoa já cresce num meio incorreto. Tipo do pai e da mãe ver a violência aí já vai crescendo assim, num ambiente da casa” (Jovem, sexo feminino, Teresina, junho de 2018).

Do exposto acima, podemos destacar que não há espaço imune à violência. Portanto, o sentimento de insegurança está por toda parte, até mesmo na escola e no espaço da família. Em todos os lugares os jovens sofrem violência, talvez por isso, apenas um número bem reduzido (8%) de jovens afirma não ter sofrido nenhuma experiência de violência em nenhum espaço.

Os dados mostram uma visão apurada das juventudes acerca das violências. Eles percebem que vivem em uma guerra com violências físicas além de estarem cercados de violências relacionadas a desigualdade sociais especialmente relacionadas a gênero e raça. Os bairros são violentos, suas casas são violentas, as redes sociais são violentas e até na escola há violência. A violência gera medo e insegurança. E mais preocupante: esse contexto violento pode levar os jovens a serem agentes de violência no futuro, como aponta uma jovem que participou da pesquisa.

Considerações finais

A pesquisa abordou as percepções sobre a violência entre juventudes de duas capitais brasileiras. Os dados mostram percepções amplas das juventudes sobre as violências. Eles percebem que a violência tem rela-

ção com situações de guerra e/ou conflito armado e também com as desigualdades sociais. Esses resultados contrariam certo senso comum que associa a violência somente a violência física. E também mostram que os jovens conseguem perceber como a violência é estrutural e está relacionada com o sistema desigual de distribuição de renda e acesso a direitos.

Ampliando a discussão sobre as desigualdades sociais, as juventudes apontam para a importância de se reconhecer que preconceitos relacionados à gênero, raça e classe social também são formas de violência. Essa espécie de denúncia mostrada na percepção deles, associada à análise das mobilizações políticas contemporâneas das juventudes em forma de coletivos feministas e antirracistas, mostram a importância do debate que vem sendo reproduzido e construído pelas juventudes a respeito de quais as clivagens sociais têm relação com as desigualdades sociais.

No mesmo sentido a juventude tem uma percepção ampla dos lugares que são violentos. Os bairros em que vivem são violentos, assim como suas casas e a própria escola. Essa percepção também contraria certo senso comum de que a internet, as escolas e as casas seriam lugares seguros. Os jovens denunciam então como esses também são lugares em que a violência ocorre.

Em suma, em que pese uma visão estreita que associa a juventude como promo-

tora de violências físicas, o estudo mostra como elas são atingidas pela violência e como essa percepção da violência é mais ampla do que se costuma associar.

Esses dados ajudam os pesquisadores interessados no tema a ampliar a compreensão sobre o que são as violências e em que espaços em que elas ocorrem. Os dados também ajudam os formuladores de políticas públicas a perceberem o quanto presente está a violência no cotidiano dos jovens e como eles a percebem.

Por essa via, as evidências deste levantamento permitem apontar a necessidade de políticas públicas focadas no enfrentamento da violência, direcionadas para redução de homicídios entre jovens, mas sobretudo, para enfrentar o medo e a insegurança que perpassa a vida desses jovens, visto que não há, segundo suas narrativas, não há lugar seguro que lhes garanta tranquilidade.

Obviamente, uma análise acerca desse sentimento de insegurança, deve ser desenvolvida levando em consideração o contexto de incentivo e manifestações de violências por autoridades que deveriam proteger a população. Também é preciso considerar o aguçamento das desigualdades sociais, percebida pelos jovens como uma forma de violência. Nesse sentido, o desemprego, a pobreza, a fome, a falta de acesso à educação, a vulnerabilidade econômica, são formas de violência exercidas pelo Estado contra a sociedade. E enquanto

essas desigualdades não foram corrigidas, os jovens sentirão, sabiamente, que estão imersos em um contexto violento.

Referências

- Boghossian, C. O. e Minayo, M. C. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos, *Saúde e Sociedade*, v. 18, 2009, São Paulo, pp. 411-423.
- Crenshaw, Kimberlé, Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002, pp. 171-188.
- Dayrell, J. O jovem como sujeito social, *Rev. Bras. Educ.*, n. 24, 2003, pp. 40-52.
- Gohn, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil*, São Paulo: Cortez, 2017.
- IPEA. *Atlas da violência – 2020*, Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- Luz, Lila Cristina X. Juventude e violência: reflexões sobre violência contra jovens em Teresina, *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, 2014. DOI: 10.22477/rjpp.v1i1.21.
- Luz, Lila Cristina X., Perez, Olívia C. e Feffermann, Marisa. *Juventudes do Brasil: política, violência e cultura da paz*, mimeo, 2019.
- Minayo, M. Cecília e Souza, Edinilsa R. de. Violência para todos, *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, ene./mar., 1993, pp. 65-78.
- Perez, Olívia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013, *Izquierdas (Santiago)*, v. 1, 2021, pp. 1-16.

- . Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho, *Opinião Pública*, v. 25, 2019, pp. 258-256.
- Perez, Olívia C. e Souza, Bruno M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar, *Educação e Pesquisa*, v. 1, pp. 1-19, 2020.
- Portelli, Alessandro. Tradução: Luz, Lila C. X. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral, *Revista Trilhas da História. Três Lagoas*, v. 7, n. 13, jul.-dez., 2017, pp. 182-195.
- Reguillo, Rossana. *Emergencia de culturas juveniles: estratégias del desencanto*, Buenos Aires: Norma, 2007.
- Rios, Flavia; Perez, Olívia C. e Ricoldi, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo, *Lutas Sociais*, v. 22, 2018, pp. 36-51.
- Sozzo, M. *Los retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana*, Venezuela: Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (UNES), 2012.
- Takeiti, Beatriz Akemi *et al.* O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? *Saúde Soc.* São Paulo, v. 29, n. 3, 2020.
- Tatagiba, L. e Galvão, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016), *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, 2019, p. 63.
- Venturi, Gustavo e Bokany, Vilma. Maiorias adaptadas e minorias progressistas. In Helena Wendel Abramo e Pedro Martoni Branco (Orgs.), *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 351-368.